

Servidores federais realizam Dia Nacional de Luta, nesta quarta (3)

As entidades representativas do funcionalismo público realizam nesta quarta-feira (3) mobilização nacional pelo reajuste salarial e atendimento das reivindicações em discussão na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

Em Brasília, o Sindsep-DF convoca toda a categoria para um ato a partir das 10h, em frente à sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), bloco K da Esplanada dos Ministérios.

O secretário-geral da entidade, Oton Pereira Neves, enfatiza a importância da participação de todos os setores do Executivo Federal, sejam os servidores que compõem as duas maiores carreiras da base do sindicato – PGPE e CPST – ou aqueles que estão mobilizados pela estruturação e reestruturação de planos de carreira específicos.

“Vamos unir forças para garantir recursos no orçamento da União para a implementação de nossas demandas. Vale lembrar que o governo deve enviar até 15 de abril o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Legislativo. E, até o momento, o que está previsto no orçamento é ínfimo”, disse.

Sem avanço nas negociações

As negociações na MNNP se arrastam desde julho do ano passado sem avanços. A proposta do governo prevê zero de reajuste em 2024, e aumento de 4,5% em 2025 e 2026. No início deste ano, a bancada sindical apresentou uma contraproposta unificada das entidades representativas dos servidores do Executivo Federal para a reposição das perdas salariais desde o governo Temer, sendo os percentuais construídos a partir de dois blocos distintos.

O primeiro bloco é formado pelas categorias que tiveram reajuste bi-anual (2016 e 2017), e o segundo, pelas categorias que receberam aumento em quatro anos (2016, 2017, 2018 e 2019). O reajuste seria em três parcelas, pagas entre 2024 e 2026, nos seguintes per-

centuais: Bloco I – reajuste de 10,34% (total 34,32%); Bloco II – reajuste de 7,06% (Total 22,71%).

A bancada sindical também defende a equiparação dos benefícios do Executivo com os demais poderes e a revogação de todas as medidas e regramentos infraconstitucionais do desgoverno Bolsonaro, ambas sem avanço nas negociações.

Na última reunião da MNNP, dia 28 de fevereiro, o secretário de Relações do Trabalho (SRT/MGI), José Lopes Feijóo, informou que o MGI estava estudando a possibilidade de antecipar o reajuste salarial para 2024, condicionado a excedentes na arrecadação da União – o que de fato está ocorrendo, de acordo com os dados da execução orçamentária. Mas, independente dos números da arrecadação, o governo precisa alocar recursos para atender as demandas do funcionalismo.

Avanços e conquistas

No apagar das luzes de 2023, o governo editou a Medida Provisória 1.203, que criou as carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo, para os servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); a carreira da Tecnologia da Informação (TI); e reajustou a remunera-



ção dos servidores ocupantes do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS) e da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Negociações em andamento e lutas atuais

Diversos setores do Executivo Federal estão em luta pela estruturação ou reestruturação das carreiras: Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (CPST); Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE); Banco Central; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Ministério da Cultura e órgãos vinculados; Ministério da Educação (MEC); Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); Ministério do Meio Ambiente; Serviço Florestal Brasileiro; Secretaria de Patrimônio da União (SPU), entre outros.

Fonte: cut.org.br/noticias

Direção do Sindsep se reúne com servidores do IFMA Pedreiras

A Direção dos Sindsep/MA esteve hoje, 02 de abril, na cidade de Pedreiras, onde reuniu-se com os servidores do IFMA para debaterem sobre pautas referentes à categoria.

Estiveram em Pedreiras os diretores Raimundo Pereira (Vice-Presidente), Conceição de Maria Reis Silva (Secretaria Geral) e Cicero Rodrigues de Aragão (Regional de Pedreiras).

No IFMA foram debatidas questões referentes a campanha salarial e o Sindsep buscou novas filiações para fortalecer ainda mais a atividade da entidade junto ao órgão.

Segundo os diretores, essas visitas da entidade são de grande importância para que os filiados possam expor ao sindicato as problemáticas existentes nos órgãos.



Servidores não concordam com PEC 65 que quer transformar Banco Central em empresa pública

Até esta terça-feira, 2, está em curso uma votação com a totalidade dos cerca de 10 mil servidores ativos, aposentados e pensionistas da categoria. Os sindicatos Sinal, Sintbacen e Sindsep indicaram o voto para rechaçar a PEC.

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DAS ENDEMIAS RURAIS DO MARANHÃO

Fundada em 11 de Julho de 1953
Registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica sob N.º 11.899
Considerada de Utilidade Pública de Lei Estadual n.º 3.141 e pela Lei Municipal N.º 1.969
Inscrição no C.G.C. 05.630.108/0001-81
Sede Própria: Rua Boa Esperança N.º 985 - Bairro Turu - Fone: 8248-1254
São Luís - Maranhão

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação dos Servidores das Endemias Rurais do Maranhão-ASERMA, através da DIRTORIA EXECUTIVA, neste ato representado pelo seu presidente, abaixo assinado, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto Social, em especial artigo 23, inciso I e IV, do Estatuto Social, considerando os itens aprovados da pauta da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida dia 23/03/2024, Resolve:

1º- Convocar todos os associados para a atualização de dados cadastrais (recadastramento), tais como, endereço, telefone, e-mail, etc., a ser realizado na sede da entidade de segunda a sexta (das 09:00hs às 16:30hs) no período de 02/04/2024 a 04/06/2024;

2º- Abertura de procedimento administrativo para regularização da quitação de mensalidades em atraso dos associados.

São Luís - MA, 27 março de 2024.

José Galdino Cutrim Castro
Presidente da ASERMA

Art. 8º - São Direitos dos Associados
I - Tomar parte nas Assembleias Gerais
Art. 9º - São Deveres dos Sócios:
II - Pagar, até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao vencido, a contribuição mensal fixada
Art. 10º - Para a manutenção da Associação os sócios pagarão as seguintes taxas e contribuições:
Das Taxas e Contribuições
II-Contribuição mensal - equivalente a 10%(dez por cento) do valor de maior salário-mínimo vigente no país, pago por todos os associados, mediante desconto em folha de pagamento ou diretamente na tesouraria da ASERMA